



SE 11. Prostituição, tráfico de pessoas e mercados do sexo: desafios para uma agenda de direitos humanos em tempos de autoritarismos

Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Coordenador/a, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Coordenador/a, Adriana Gracia Piscitelli (Unicamp) - Participante, Michelle Barbosa Agnoleti (Universidade Estadual da Paraíba) - Participante, Thaddeus Gregory Blanchette (UFRRJ Macaé) - Participante, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Debatedor/a, Flavia do Bonsucesso Teixeira (Universidade Federal de Uberlândia) - Participante, Ana Paula Luna Sales (UNICAMP) - Participante, José Miguel Nieto Olivar (Faculdade de Saúde Pública USP) - Participante, Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Debatedor/a, Natânia Pinheiro de O. Lopes (UERJ) - Participante, Soraya Silveira Simões (UFRRJ) - Participante, Fernanda Maria Vieira Ribeiro (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão) - Participante, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Debatedor/a, Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Debatedor/a

A revitalização de agendas moralizantes e a desqualificação dos direitos humanos tem redundado na crescente estigmatização da comercialização do sexo e uma consequente (re)criminalização dos trabalhadores sexuais. Isto, muitas vezes, acontece sob a égide de projetos de renovação física e moral dos centros urbanos, que buscam transformar esses em espaços quase-privatizados, dedicados ao consumo e a performance da respeitabilidade burguesa. Existem cada vez mais as forças de segurança engajadas em operações que fecham boates e retiram prostitutas da rua. Simultaneamente, a questão da prostituição tem se voltada, outra vez, para a esfera religiosa, com várias seitas engajadas em projetos de resgate de vítimas do tráfico, que buscam insumos do Estado. Em conjunto com isto, tramitam no Congresso projetos de lei que criminalizam clientes e retiram direitos conquistados pelos trabalhadores sexuais. Nosso seminário refletir sobre esses fenômenos, buscando forjar elos temáticos com outras áreas de pesquisa que tocam nas questões dos direitos humanos, particularmente estudos de gênero, raça, direitos sexuais, urbanização e migração. O simpósio se dividirá em três sessões, que tocarão em: 1- A história das mudanças nas políticas referente à prostituição; agentes e stakeholders. 2- Tráfico de pessoas e a prostituição: narrativas de criminalização da migração ou proteção aos vulneráveis? 3- Metodologias em tempos de estigmatização: articulações entre grupos sociais e a academia.

?Elas chamavam as cafetinas de mãe? ? invalidação do consentimento das travestis ?resgatadas? pela Operação Império

Autoria: Michelle Barbosa Agnoleti

Em setembro de 2017, a Polícia Civil do Distrito Federal realizou 10 prisões no curso da Operação Império, na



qual se investigava o tráfico interestadual de travestis para fins de exploração sexual. A delegada responsável pela operação, disse, em entrevista, que o vínculo afetivo estabelecido entre as travestis que se prostituíam e as cafetinas não passava de técnica de dominação para viabilizar a exploração sexual. A Lei 13.344/2016, que, dentre outras mudanças, passou a conferir relevância à palavra da pessoa reputada como vítima, de modo que a expressão de seu consentimento descaracteriza a prática do crime de tráfico de pessoas. Pretende-se, através da análise de entrevistas e matérias jornalísticas sobre a Operação Império, discutir violência simbólica, identidade, relações familiares e os mecanismos de silenciamento das travestis apontadas como vítimas de tráfico de pessoas.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

